



SESSÃO TEMÁTICA Nº 03 - AÇÃO PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO: PROCESSOS E NOVOS APORTES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ATUAÇÃO DO GEOPARK ARARIPE NA PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL DO CARIRI CEARENSE

Bianca Almeida de Oliveira (URCA)¹

Bárbara Almeida Oliveira (UFC)²

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo discutir as relações entre Educação Ambiental (EA) e o processo de patrimonialização da natureza, considerando os impactos dessa integração na conservação e preservação do patrimônio natural. Nesse sentido tenta-se dialogar o conceito de EA e patrimonialização a partir da atuação do Geopark Araripe. Parte-se do entendimento que Geopark Araripe corrobora no processo de valoração do patrimônio natural do Cariri cearense, atuando, de forma direta e indireta, na constituição de estratégia de preservação e conservação do patrimônio natural. Considerando a natureza do objeto de estudo e das questões aqui tecidas optou-se pela pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. O método de abordagem do objeto se desenvolverá através do estudo de caso, que empregará como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental, utilizando como fonte primária de investigação o Planejamento Estratégico Araripe Geoparque Mundial da Unesco (2019 a 2022). As ações e objetivos levantados no documento do planejamento nos permite compreender como tem sido desenvolvido o trabalho em torno da EA e da valorização e conservação do patrimônio natural nos últimos anos. Como resultados imediatos, podemos identificar que o GeoPark Araripe tem se constituído em um dos principais expoentes na produção de informação e conhecimento sobre o patrimônio natural da região do Cariri, assim como tem viabilizado e consolidado um campo de estudos e discussões sobre a temática em âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Patrimonialização da natureza. GeoPark Araripe. Patrimônio natural.

¹ Acadêmica em Ciências Econômicas na Universidade Regional do Cariri (URCA), bolsista de iniciação científica FUNCAP. E-mail: biancaalmeidaoliveiramelo@outlook.com

² Licenciada em História (URCA), bacharela em Administração Pública (UFCA), mestranda em Avaliação de Políticas Públicas (UFC), bolsista da FUNCAP. E-mail: barbaralmeidaoliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio sofreu uma série de transformações ao longo do tempo. Etimologicamente a raiz da palavra, de origem latina, refere-se à dimensão privada, circunscrita às transmissões que ocorriam dentro da sociedade patriarcal (FUNARI; PELEGRINI, 2006; PELEGRINI, 2007). A sua transposição para o campo público traz intrínseca as ideias de memória, identidade e a própria concepção de unificação de nação.

No caso do conceito de Patrimônio Natural, o seu entendimento configurou-se inicialmente a partir da perspectiva cultura, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, aderiu-se dimensão da monumentalidade, pressupondo certo distanciamento em relação às ações humanas. Nesse processo de constituição destaca-se ainda a vinculação desses bens, principalmente em âmbito local, as associações à dimensão da memória, identidade e pertencimento às comunidades (SCIFONI, 2006, 2003).

Nesse percurso se consagraram determinados agentes no processo de estabelecer e consagrar legal e institucionalmente o que é entendido como patrimônio de uma dada sociedade. Fator que corroborou na institucionalização e legitimação de bens que estavam em consonância com os interesses de uma elite política/social que dominavam tal campo. A democratização dessa iniciativa é contemporânea, e agregou outras dimensões que devem estar intrínseca a noção de patrimônio (SCIFONI, 2006).

Partindo da concepção de patrimônio constitui-se em uma construção social, em que se engendram usos e apropriações que são operacionalizadas em torno desse, lança-se como problema nesse estudo questionar outros processo de patrimonialização. Dessa forma, o problema aqui levantado é interrogado como as ações de Educação Ambiental (EA) promovidas pelo GeoPark Araripe corroboram para a definição da natureza como patrimônio, assim como na preservação, conservação e valorização do geopatrimônio da Região do Cariri.

Diante disso, o presente estudo teve como finalidade discutir o processo de patrimonialização a partir de outras instâncias de formação, atentando para o papel da educação ambiental na democratização desse processo. Nesse sentido, fixa-se como objetivo geral compreender as relações entre educação ambiental e patrimonialização da natureza através das ações do GeoPark Araripe localizado no Estado do Ceará.

Por meio de uma revisão da literatura direcionada a abordagem da natureza enquanto patrimônio e da compreensão da EA como importante componente no exercício da cidadania, tentou-se dialogar o papel exercido pelo GeoPark Araripe na proteção, conservação e valorização do patrimônio natural do Cariri cearense a partir da EA. Utiliza-se ainda a pesquisa documental apresentando como principal fonte de análise o Planejamento Estratégico Araripe

Geoparque Mundial da Unesco (2019 a 2022) que esquadrinhas as ações planejadas pela instituição para um período de quatro anos, possibilitando assim identifica as estratégias utilizadas por esta instituição.

METODOLOGIA

Considerando a natureza do objeto de estudo e das questões aqui tecidas optou-se pela pesquisa qualitativa, uma vez que essa lida com “o universo dos significados, dos motivos e aspirações, das crenças, dos valores e das atividades” possibilitando compreensão da natureza do fenômeno social. (MINAYO et al. 2011, p. 21).

O método de abordagem do objeto se desenvolverá através do estudo de caso, que possibilita explorar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto (YIN, 2001). Em conformidade com Gil (2002) e Yin (2001) o estudo de caso caracteriza-se pela análise profunda e exaustiva de poucos objetos, proporcionando conhecimento amplo e detalhado do mesmo (GIL, 2002).

Por conseguinte, esta pesquisa assume caráter exploratório, uma vez que se encontra em fase inicial, buscando assim desenvolver maior familiaridade com o problema, assim como torná-lo mais explícito e auxiliar na constituição de hipóteses (GIL, 2002, p. 42). Com esse intuito, em um primeiro momento, adotar-se-á a pesquisa bibliográfica, visto que se tem a intenção de explorar categorias descritivas e analíticas, e tal recurso possibilita o alcance mais amplo de uma gama de fenômenos (GIL, 2002, p. 45). Dessa forma, utiliza-se como categorias macro e norteadoras: educação ambiental, patrimônio natural patrimonialização e Geopark Araripe.

Para a coleta de dados opta-se pela pesquisa documental, em consonância com Gil (2002, p. 45) a pesquisa documental compreende a utilização de “materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Com essa finalidade, utilizar-se como fonte primária o Planejamento Estratégico Araripe Geoparque Mundial da Unesco (2019-2022) que traça um panorama de atuação para um período de quatro anos. A identificação das ações e atividades tem como finalidade compreender os processos que convergem para a patrimonialização da natureza através da educação ambiental.

A NATUREZA ENTENDIDA COMO PATRIMÔNIO

O termo patrimônio remete a noção de herança, repassado de uma geração para outra. A origem do termo reafirma essa ideia. A etimologia da palavra é latina e nasce relacionada ao

direito de propriedade, com valor aristocrático e privado, compreendendo a transmissão de bens (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Por consequência, o conceito passou a ser utilizado para denominar e identificar os bens que são recebidos por herança familiar, transmitidos entre gerações (BELLO, 2016; PELEGRINI, 2007).

Nesse percurso, a noção de patrimônio passou por um processo de amadurecimento. Ao ser (re)apropriado pela dimensão do campo público e coletivo a definição de um bem considerado patrimônio passa por uma série de processos, que acaba por conceber o conceito como uma representação de determinadas comunidades/grupos, algo herdado que tem como função a finalidade de repassar para as gerações futuras aspectos que remetem a história, identidade e memória dessa comunidade/coletividade. A lógica de pertença assegura uma identidade cultural que representa um suporte no processo de formação do cidadão, que não se constitui de forma neutra, mas atravessada por interesses distintos de grupos diversos (PELEGRINI, 2007).

A natureza entendida como bem patrimonial é uma concepção mais recente. Vale destacar que o patrimônio natural pode ser entendido como produto de uma cultura, logo pode ser também lido como um patrimônio cultural (LANNA, 2003). No entanto, Lanna (2003) observa que este se refere a um patrimônio com caráter diferenciado, visto que foi produzido, sobretudo, por forças naturais (processos biogeoquímicos) e apreendido pela sociedade no processo de construção de sua relação com a natureza.

A concepção de patrimônio entendida como monumento surge no final do século XIX e primeiras décadas do XX. Integrado inserido ao do universo das questões culturais é concebida as primeiras legislações federais (CHOAY, 2001; SCIFONI, 2006). Nesse percurso, Scifoni (2006) defende duas perspectivas para a noção de patrimônio natural.

- A primeira perpassa a noção do patrimônio natural tecido sob a perspectiva da monumentalidade.
- A segunda perspectiva na constituição da noção de Patrimônio Natural se desenvolve em âmbito nacional e se sobressai nas experiências locais a noção de Patrimônio Natural “entendido como conquista da sociedade”, associado às práticas sociais e à memória coletiva.

O entendimento da natureza a partir da perspectiva monumental, de acordo com Scifoni (2006, p. 62), pode ser compreendido por duas visões antagônicas: um que mantém relações com a experiência oriental de proteção que delega ao monumento natural um “caráter memorial e sua ligação com a tradição, os costumes, as lembranças coletivas”; e a que se sustenta na experiência francesa, que associa “monumento a sua expressividade estética”, em que se sobressaem características como “grandiosidade e beleza”, que pode se “encontradas nas

obras de arte, nos edifícios históricos ou em testemunhos da Natureza”. Outro aspecto da monumentalidade da natureza é o entendimento dessa “a uma condição de área inalterada, sua associação à ausência da ação humana”.

Dessa forma, pressupõe-se uma distância entre natureza e sociedade, condição *sine qua non* para constituição dessa monumentalidade. Essa dimensão da monumentalidade fica latente na constituição da trajetória da noção de patrimônio natural delineada no âmbito da tutela institucional. Os primeiros esforços em torno da proteção institucional, sob tutela do Estado ocorrerá no período do Estado Novo, através da Constituição de 1937. Diferente da Constituição de 1934 que não menciona a dimensão natural no artigo 148, que versa sobre o papel do Estado na proteção do patrimônio, no texto da Constituição de 1937 a dimensão natural dos bens é inserida no conjunto e monumentos, histórico e artístico, que estão sob responsabilidade de proteção do Estado (BRASIL, 1937, Art. 134). Foi a primeira vez na história do país que aparecia o termo monumento natural (SCIFONI, 2006).

Nesse mesmo ano, foi sancionado o Decreto nº 25 de 1937, marco nacional no que diz respeito à proteção do patrimônio. O referido decreto promoveu os monumentos naturais à qualidade de patrimônio nacional ao equipará-los ao patrimônio histórico e artístico nacional, os sujeitando ao tombamento, tanto “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937, Art. 1º, § 2º).

O reforço, em âmbito legislativo, da noção de natureza pela perspectiva monumental foi consagrado na Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América de 1940 e, regulamentada no Brasil através do Decreto Legislativo nº 3 de 13 de fevereiro de 1948. Nesse documento é definido diferentes objetos de proteção (Parques Nacionais, Reservas Nacionais, Monumentos Naturais, Reservas de Regiões Virgens o que se entende por Monumentos Naturais, Aves Migratórias) e em nenhuma parte do texto foi citada a palavra patrimônio. Monumentos Naturais são definidos pelo decreto como:

As regiões, os objetos, ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, como fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto, ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas devidamente autorizadas, ou inspeções oficiais (BRASIL, 1948).

Assim como explicitado por Scifoni (2006), a ideia de monumento natural definida pelo decreto traz explícita as noções de inviolabilidade e isolamento, pressupondo assim a “ausência

da ação humana”, salvo em determinados casos.

É a perspectiva de monumento que permeia as definições de um dos marcos internacionais da consagração da noção de Patrimônio Natural, a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. Historicamente, foi nesse momento que o patrimônio natural apareceu como “produto de um universo de preocupações com a cultura” (SCIFONI, 2006, 2003). Um dos pontos centrais do documento é a integração do conceito de Patrimônio Natural pela Unesco que assinala um novo momento na tutela do patrimônio ao possibilitar a incorporação definitiva da natureza às políticas culturais, em escala internacional. Em termo de definição documento originado do encontro apresenta o Patrimônio Natural como:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

Dessa forma, o documento da Convenção de 1972 apresenta como critério para se identificar o patrimônio natural às perspectivas biológica, científica, paisagística e excepcionalidade, atentando, ainda, para as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas.

No plano mundial a construção da ideia de um patrimônio natural segue duas direções: se firmando “como expressão de grandiosidade e beleza” advinda de um sentido de monumentalidade, delegando atenções a dimensão estética. A segunda pressupõe a intocabilidade, fixando que “os grandes testemunhos da natureza que foram poupados da intervenção humana” (SCIFONI, 2006, p. 58). Nesse sentido, é possível compreender que a noção de monumento natural, que antecede a ideia de patrimônio natural, é reforçada pelo documento da Convenção. Atenta-se, ainda, que a noção de patrimônio natural apresentada pelo documento reforça a dimensão estética da paisagem, assim como o seu caráter cênico, acabando por enfatizar os aspectos formais.

No entanto Scifoni (2006) observa que a Convenção do Patrimônio introduz um elemento novo, uma visão sistêmica relativa ao funcionamento e às relações entre os elementos da natureza, que ultrapassa a valorização do critério estético. Para a autora isso fica claro no segundo item da definição de Patrimônio Natural, que vincula ao valor universal não só a beleza, mas ainda a importância para a ciência e para a conservação. Inserido assim o critério ecológico do patrimônio.

A segunda perspectiva na constituição da noção de Patrimônio Natural se desenvolve em âmbito nacional. Scifoni (2006) destaca que, nas experiências locais, insere-se em um processo que convergem para a noção de Patrimônio Natural “entendido como conquista da sociedade”, associado as dimensões das práticas sociais e à memória coletiva. Convergingo assim para a compreensão de um Patrimônio Natural que, a princípio, faz parte da vida humana.

(...) esse patrimônio manifesta-se como algo que é conquistado por meio da luta e da organização social, ligado, assim, às práticas sociais e à memória coletiva; um patrimônio natural que antes de tudo faz parte da vida humana e cuja legitimidade passa pela discussão do seu valor social e afetivo. A identificação dos valores do bem a preservar remete, portanto, a um outro tipo de abordagem, que leva em conta a relação dos grupos com o lugar, as práticas socioespaciais, e não simplesmente o discurso técnico advindo da ciência ecológica (SCIFONI, 2006, p. 68).

Nesse sentido, a autora pontua que o discurso que alicerça a noção de patrimônio natural e sua proteção sob a perspectiva de monumento predominou nas quatro décadas da constituição do patrimônio nacional, enquanto o segundo, entendido como uma luta, conquista da coletividade se manifesta de forma expressiva no final dos anos 1970, momento em que o patrimônio é dotado da “dimensão da experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais”. Por conseguinte, essa nova concepção reflete a influência e contribuição do debate acadêmico que permitiu a compreensão de um patrimônio natural não dissociado da vida humana. Podendo ser entendida ainda como produto de uma nova demanda social que emerge a partir das novas condições políticas do país nos anos 1980, consolidaram-se novas esferas, a exemplo da luta pelo patrimônio e pelo meio ambiente (SCIFONI, 2006, p. 73),

Dessa forma Scifoni (2006) defende que será em âmbito local que se delineará a ideia do “patrimônio como expressão das práticas sociais, um patrimônio reivindicado por sua função ligada à memória e à identidade coletiva ou como busca de qualidade de vida”. Considerando ainda que o patrimônio natural faz parte da memória social, incorporando paisagens que são objeto de uma ação cultural e que se constitui em espaço de produção e reprodução da vida humana.

Em consonância com as ideias aqui expostas, observa-se as possibilidades de compartilhamento das responsabilidades com o patrimônio a partir de outras instâncias de atuação, dentre estas, a da educação, entretanto esse processo, *a priori*, deve está em integrado a própria compreensão da importância e valor do patrimônio, seja ele cultural, ambiental, histórico – ou qualquer outro adjetivo que o qualifique – para a comunidade/sociedade. Nesse sentido, partindo de uma análise localizada, identificou-se a atuação do GeoPark Araripe como instância determinante na promoção, valorização e preservação do patrimônio natural, na região

do Cariri cearense através da Educação Ambiental a mais de uma década.

GEOARK ARARIPE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (EA) constitui-se em um dos principais eixos de atuação do GeoPark Araripe/Ce. Nesse sentido, desde sua criação essa instituição constituiu-se e consolidou-se como um dos expoentes na disseminação de informações sobre o patrimônio natural do Cariri Cearense.

Nesse contexto, cabe destacar que a EA é um conceito multifacetado e a diversidade de abordagens que podem ser realizada relaciona-se ao “relacionamento complexo entre dimensões como economia e cultura, natureza e sociedade, bem-estar e utopia, meio ambiente e mudança cultural” (RUSCHEINSKY, 2009, p. 11). Para Ruscheinsky (2009) as propostas da EA mostram-se como “alternativas reais”, possibilitando os cidadãos mobilizar-se e atuar como juízes. Dessa forma, Ruscheinsky (2009) defende que a EA possui papel relevante no sentido de proporcionar uma participação ativa dos cidadãos, a partir do consentimento e do compromisso como o meio ambiente.

Em termos de institucionalização a Lei nº 9.975 de 27 de abril de 1999 estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental. Em consonância com a abordagem exposta por esse instrumento, EA foi definida como:

(...) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, Art. 1º).

Dessa forma, é possível visualizar concepção de integração entre sociedade/sujeito e meio ambiente. Por meio ambiente, entende-se “conjunto dos processos bióticos e abióticos existentes na Terra passíveis de ação humana” (VELASCO, 2009, p. 43).

A sanção da Lei nº 9.975/1999 representou um marco representativo na inserção do debate sobre as questões ambientais no âmbito educacional (SAITO, 2009). Historicamente Saito (2009, p.54) pontua que a década de 1970 há uma intensificação e institucionalização das discussões que perpassavam a “problemática ambiental mundial, sua relação com o desenvolvimento social e econômico das nações e as mudanças de comportamento a partir da educação ambiental”. Dos acontecimentos que assinalam essas discussões na inserção da agenda pública internacional foram a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada em Estocolmo, em 1972 e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de 1977 realizada em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS).

A década de 1970 também é entendida como referência na construção da noção de

patrimônio natural, como já citada, a Convenção de 1972 foi um divisor de águas nesse processo (SCIFONI, 2006, 2003). O documento da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 dedica capítulo específico para educação. Nesse sentido, reforça o papel do Estado em promover Programas de Educação Ambiental e informação que tenham como objetivo “reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao patrimônio cultural e natural” (UNESCO, 1972, Art. 27). Entretanto, da forma como foi apresentado pelo documento, a educação tem uma função, primordialmente, informativa, possibilitando ao público conhecerem ameaças ao patrimônio.

O enfoque desses debates ainda estava atravessado por da educação ambiental entendida pela perspectiva “naturalista”, pregando a inserção de tópicos ambientais no ensino de ciências, em determinadas circunstâncias, buscando integra-se com a geografia e a educação artística. Associando ainda a EA a promoção da sensibilização das pessoas para os estímulos ambientais (SAITO, 2009, p. 55).

A década de 1980 também irá marca o debate sobre a ampliação e consolidação da EA nos espaço institucionais (SAITO, 2009). Mas, será na década de 1990 que a o debate sobre a disciplinarização da EA apresenta seus resultados. Saito (2009) observa que esse desfecho se concretiza na apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que consolida posição do Conselho Federal de Educação de não constituir a EA como disciplina específica, adotando em seu lugar a constituição de Tema Transversal. A Lei nº 9.795/99 também adotará esse posicionamento. Dessa forma, a EA passa a vigorar nos currículos de ensino, integrando-se a parte diversificada e flexível do currículo escolar.

Nesse processo de constituição, Saito (2009) defende a relação entre a Política Nacional de Educação Ambiental e a construção da cidadania. O autor identifica dentro dos objetivos fundamentais da Política de Educação Ambiental quatro desafios que se articulam entre si e que de forma conjunta corroboram no fortalecimento do exercício da cidadania. Os desafios são a “busca de uma sociedade democrática e socialmente justa, desvelamento das condições de opressão social, prática de uma ação transformadora intencional, necessidade contínua busca do conhecimento” (SAITO, 2009, p.58).

Os desafios da EA pontuado por Saito (2009) pode ser apropriados ainda para compreender os desafios que permeiam a conservação, preservação e valorização do patrimônio natural. Nesse sentido, cabe destacar que estamos aqui tratando de conceitos que estão em constante transformação, assim, o que hoje consideramos patrimônio institucionalmente estabelecido, poderia não o ser a alguns anos atrás; sujeitos que na contemporaneidade são considerados corresponsáveis no processo de preservação, conservação e valorização do patrimônio natural anteriormente não eram entendidos como atores decisivos, mas apenas

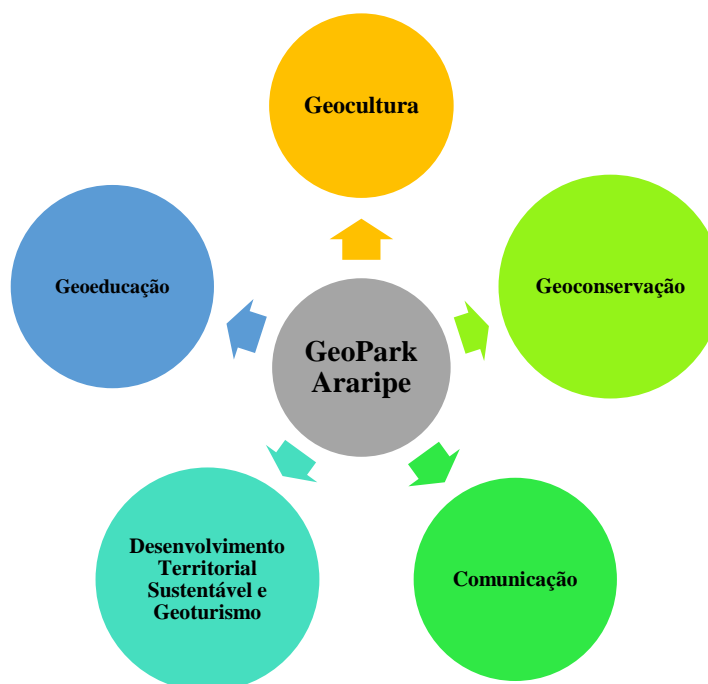
aqueles a qual se tinha a intenção de “representar”. O Estado, que antes era o ente máximo na definição e institucionalização do patrimônio cultural nas últimas quatro décadas tem compartilhado essa função com outras instâncias de governo e com a sociedade/coletividade.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de tentar dialogar as ações do GeoPark Araripe no processo de patrimonialização da natureza através da EA com os desafios identificado na própria Política Nacional de Educação Ambiental. Considerando nesse percurso, o papel da instituição na preservação, promoção e valorização do patrimônio natural da Região do Cariri.

Situado no sul do Ceará, o GeoPark Araripe foi criado em 2006 e foi o primeiro geoparque das Américas e do hemisfério sul com selo da UNESCO e integrado a Rede Global de Geoparques do Estado do Ceará. É administrado pela Universidade Regional do Cariri (URCA), com financiamento do Governo do Estado do Ceará (GEOPARK ARARIPE, 2018).

A organização possui cinco setores: comunicação, geoconservação, desenvolvimento territorial sustentável e geoturismo, geoeducação e geocultura, como vista na figura 01.

Figura 1: Cinco setores do GeoPark Araripe/CE.



Elaboração: autoras, 2021.

Desses setores o da Geoeducação Ambiental é o responsável por desenvolver projetos e ações de educação ambiental, direcionadas tanto para o âmbito formal como informal. Trabalho que é realizado também em parceria com as instituições de educação do território, assim como atores sociais envolvidos com a temática (GEOPARK ARARIPE, 2018, p. 22).

Atualmente o Geopark Araripe é composto por nove geossítios: Batateira, Colina do Horto, Riacho do Meio, Cachoeira de Missão Velha, Floresta Petrificada, Ponte de Pedra, Pedra Cariri, Pontal de Santa Cruz e Parque dos Pterossauros. Esses geossítios abrangem seis municípios distintos: Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, com área total de 3.789 km² (GEOARK ARARIPE, 2018).

Os geossítios do GeoPark, abertos para a visitação do público, são ambientes que possuem relevância científica e educacional, assim como para o desenvolvimento de atividades turísticas. Esses locais reservam parte significativa do patrimônio geológico, paleontológico, geomorfológico, ecológico, arqueológico, histórico e cultural da região. Destaca-se na região o patrimônio geológico e paleontológico:

(...) de relevância internacional é caracterizada pelo importante registro geológico do período Cretáceo, com destaque para seu conteúdo paleontológico. Com registros entre 150 e 90 milhões de anos, seus fósseis apresentam um excepcional estado de preservação e revelam uma enorme diversidade paleobiológica, compreendendo desde troncos silicificados, impressões de samambaias, coníferas e plantas com flores; foraminíferos, moluscos, artrópodos (ostracódios, aranhas, escorpiões e insetos); peixes (tubarões, arraias, diversos peixes ósseos e celacantinos), anfíbios e répteis (tartarugas, lagartos, crocodilianos e pterossauros) (GEOARK ARARIPE, 2018, p. 16).

Para Moura-Fé (2015) os geossítios podem ser compreendidos como um elo bem estruturado entre os conceitos de geodiversidade, geoconservação e geoturismo, entendidos como trinômio essencial para a divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural.

Conforme Brilha (2009), na construção de estratégias de geoconservação empreendidas pelos geoparques, a educação é considerada uma das ferramentas, não apenas na promoção do conhecimento, mas ainda na socialização das responsabilidades como esse patrimônio. Nesse caso, Brilha (2009) observa o potencial dos geoparques em comunicar-se com o cidadão comum possibilitando esse apoderar-se de conhecimentos antes circunscritos nos espaços formais de produção do saber. Para o autor os geoparques são construídos a partir de “estratégias integradoras dos diversos tipos de aspectos físicos, biológicos e culturais de uma região”, demonstrando assim a interdependência destes aspectos.

Nesse sentido, considera-se aqui a atuação do determinante do GeoPark Araripe no processo de patrimonialização da natureza através da EA com os desafios identificado na própria Política Nacional de Educação Ambiental. Considerando nesse percurso, o papel da instituição na preservação, promoção e valorização do patrimônio natural da Região do Cariri.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GEOPARK ARARIPE

O recorte temporal central aqui se centra na própria temporalidade estipulada pelo Planejamento Estratégico do GeoPark Araripe. A escolha desse documento de justifica por ser um instrumento básico de orientação das atividades da instituição. Dessa forma, é possível compreender as concepções, estratégias e metodologias de atuação a partir do que foi estipulado pelo plano.

O Planejamento Estratégico do GeoPark se utiliza da análise SWOT (força, fraqueza, oportunidade e ameaça) método empregado no planejamento de empresas. O foco desse método é conhecer tanto ambiente externo como interno do sistema em que está inserida a organização. Nesse sentido, são apontados pontos fortes e pontos fracos da organização, possibilitando assim traçar estratégias para atuar nas dimensões que apresentam fragilidades. A análise SWOT no planejamento do GeoPark desenvolve-se através de cinco temas:

I) Geologia e Paisagem (Geoconseqüência); II) Estrutura Administrativa (Reitoria, Superintendência, Direção Executiva); III) Informação e Educação Ambiental (Comunicação e Geoeeducação Ambiental); IV) Economia Regional Sustentável e Geoturismo (Desenvolvimento Territorial Sustentável e Geoturismo) (GEOARK ARARIPE, 2018).

Através da análise SWOT do item III, informação e EA, podemos visualizar os pontos fortes da atuação do GeoPark Araripe em relação a EA. Abaixo serão apresentados os pontos fortes e fracos da análise apresentado pelo Planejamento Estratégico. Dessa forma, é possível visualizar nesse levantamento as orientações que vem assumindo o trabalho desenvolvido pelo GeoPark Araripe a partir da EA.

Quadro 1 - Informação e EA – Pontos Fortes

- A região objeto de pesquisas científicas, como destaque para paleontologia, arqueologia, sociologia, antropologia, história e cultura popular, com potencial para a geologia e a geomorfologia, dentre outras áreas das geociências;
- Disponibilidade de materiais educativos sobre o GeoPark Araripe (livros, cartilhas, *site*, blogs, vídeo, *folders* etc.);
- Promoção de cursos e seminários de formação de gestores e professores em EA;
- Atuação do GeoPark Araripe junto às escolas da região na promoção, valorização e conservação do território por meio do GEA TERRA MÃE e ações nas comunidades do entorno dos geossítios como: GeoPark na Comunidade e GeoPark nas escolas;
- O Centro de Interpretação e Educação Ambiental;
- Museus que funcionam como ferramenta de educação (Museu de Paleontologia da URCA, Museu do Homem Cariri, Memorial e Museu do Padre Cicero Romão Batista e Museu do Couro);
- Participação e apresentação de trabalhos do GeoPark em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais;
- Projetos e pesquisas de extensão universitária com a temática do GeoPark Araripe Mundial da UNESCO;
- O acesso fácil e aberto as de mídias locais (jornais impressos, rádios, canais de televisão e

mídias sociais); <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da divulgação do Araripe GeoPark Mundial da UNESCO nas associações comunitárias.
--

Fonte: GEOPARK ARARIPE (2018, p. 28).

Nos pontos fortes podemos observar que uma das principais formas de socialização de informação é a produção de material informativo, que inclusive viabilizaram a estruturação desse estudo, assim como a pesquisa acadêmica. Dessa forma, os materiais disponibilizados pelo portal oficial da instituição apresentam um conjunto de documentos, que por mais que se trate de pesquisas acadêmicas e científicas foram compiladas em diferentes gêneros (folders, livros, notícias, imagens) que além de permitir o compartilhamento entre diferentes públicos, auxiliam na disseminação sobre informações do geopatrimônio da Região do Cariri.

Outro aspecto dessa produção de conhecimento dá-se de forma mais disseminada, uma vez que é empreendida por diferentes pesquisadores pertencentes a campos distintos do conhecimento. Assim como os eventos realizados – ou que contam com apoio – âmbito acadêmico pelo GeoPark Araripe. Das 109 ações listadas entre 2006 e 2018, um pouco mais de um terço foram realizadas em âmbito acadêmico (conferências, seminários, mostras, exposições, congressos, simpósios, palestras).

Quadro 2 - Informação e EA – Pontos Fracos

PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente promoção do patrimônio cultural e arqueológico da região, no que diz respeito à interpretação, dentro dos programas de educação, comunicação e promoção para o público em geral; • Pouca articulação nos municípios para a criação de novos Centros de Interpretação e Educação Ambiental; • Ausência de uma estratégia de promoção da GGN e respectivos membros nos programas interpretativos do GeoPark; • Portfólio pouco diversificado em ações no sentido da promoção da educação inclusiva; • Ausência de programa específico em geociências para a educação básica;

Fonte: GEOPARK ARARIPE (2018, p. 28).

Dentre as fragilidades é possível constatar que estas estão presentes em programas específicos, ou ausência destes, assim como as dificuldades em articula-se como diferentes instâncias de governo. Dessa forma, a identificação desses pontos corrobora no (re)alinhamento dos programas, projetos e ações existentes assim como compreender a necessidade de estabelecer parcerias com outras organizações e/ou entes governamentais.

Diante desse breve panorama é possível constatar que o GeoPark Araripe tem atuado de forma incisiva na produção e socialização do conhecimento e informação sobre o patrimônio natural, principalmente o geopatrimônio da Região do Cariri cearense defende-se que esta organização tem se consolidado nos últimos anos como agente determinante na patrimonialização da natureza.

A concepção de patrimonialização está atrelada a um movimento que é fluído, entendida como processo. Dos fatores que se sobressaem nessa conjuntura são os agentes responsáveis por esse processo, uma vez que patrimonialização compreende-se a atribuição de valor a determinado bem (BELLO, 2016; CHUVA, 2012). Dessa forma, ressalta-se a superação de uma visão individualista em prol da coletividade, que acaba por representar função determinante à medida que o “conceito de patrimônio cultural e/ou ambiental transpassa necessariamente pela ação de um grupo de pessoas (um coletivo) que identifica um fenômeno ou ente como comum” (CIOFFI; RAIMUNDO, 2020, n.p).

Por essa perspectiva, a noção de patrimônio não só reforçada pela ideia de bem comum, mais ainda os próprios processos de consagração podem ser entendidos de forma horizontal, indo de encontro a concepção e institucionalização tradicional desses bens, à medida que tal processo era dominado pelo Estado e/ou pelos grupos dominantes.

Dessa forma, ao se consolidar e destacar a EA como ferramenta determinante na preservação, promoção e valorização das riquezas naturais da região, através dos espaços de diálogo da academia, escolas e comunidade o GeoPark Araripe possibilita (e até induz) outros sujeitos a valorarem determinado bem como algo coletivo, que será herdado entre gerações, que necessita de preservação. Ou seja, atua de forma direta no processo de patrimonialização da natureza para diferentes fins: científico, turístico, educacional e cultural.

Por essa perspectiva, a ideia que se defende aqui é que o GeoPark por meio da EA tem atuando como instância decisiva na patrimonialização da natureza, operacionalizando assim a própria ideia de pertencimento. Dessa forma, o patrimônio não é, necessariamente, outorgado pelo Estado e suas instâncias de atuação, mas é construído entre a coletividade pelas suas relações com tais bens, sendo a EA elemento determinante nesse processo.

Dessa forma compartilha-se dos posicionamentos dos autores outrora citados (RUSCHEINSKY, 2009; SAITO, 2009, 2011) ao considerar a EA como elemento determinante no exercício da cidadania em diferentes esferas, política, ambiental, econômica, social e cultural. Logo, em consonância como os objetivos aqui traçados, a Educação Ambiental é entendida como instrumento na efetivação do processo de patrimonialização, à medida que se socializa entre a comunidade/sociedade as noções, valores e subjetividades inerentes à natureza entendida com patrimônio. Possibilitando assim, compartilhar as responsabilidades na preservação e valorização desses bens, atuando de forma descentralizada para mitigar e/ou erradicar o processo de devastação, degradação do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa foi possível compreender como se constitui os mecanismos

de consagração e identificação do patrimônio natural manteve-se afastado da dimensão humana. Exemplo desse fato foi sua constituição a partir do conceito de monumentalidade. Elemento que é contraditório, uma vez que a própria etimologia da palavra remete aquilo que foi herdado, que é transmitido entre gerações e que pensado assim nos possibilitar inferir sobre a necessidade de preservá-lo para manter o “processo natural” de repassá-lo as próximas gerações.

A natureza, pensada como monumento também é problemático, pois exacerba a desarmonia entre esta e a sociedade, uma vez que a primeira para existir enquanto monumento pressupõe distanciamento do elemento humano. A compreensão da natureza entendida sob a perspectiva de patrimônio vinculado a memória, história e identidade é um processo recente, e se constitui atrelada aos movimentos sociais, econômicos e políticos vivenciados pela sociedade. Evidenciando assim a necessidade de se tratar a natureza/meio ambiente integrado as múltiplas dinâmicas da sociedade e não deslocado destas.

Nesse sentido, parte-se do princípio que a identificação e preservação desses bens correspondem a um processo complexo e que por muito tempo ficou centralizado na figura do Estado. Dessa forma, tentou se defender aqui o papel da Educação Ambiental na democratização dessa trajetória ao possibilitar aos sujeitos exercício da cidadania a partir de uma consciência ambiental.

Nesse percurso, recorreu-se ao estudo de caso do GeoPark Araripe para corroborar com a ideia aqui defendida. Para tal a análise do Planejamento Estratégico dessa organização evidenciou a produção do conhecimento e da informação como uma das metodologias norteadoras na socialização da noção de natureza pela perspectiva patrimonial. Logo, tem atuado nos últimos anos como agente decisivo na patrimonialização da natureza na região.

Dessa forma a Educação Ambiental se constitui elemento determinante no processo de consagração da natureza enquanto patrimônio, atuando de forma decisiva na socialização do dever de proteger e preservar as nossas riquezas naturais em qualquer parte do território superando o distanciamento entre patrimônio e sociedade/comunidade.

REFERÊNCIAS

BELLO, Carolina Meirelles de Azevedo. **Patrimonização da natureza, turismo e produção do espaço regional: uma análise do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno (Cáceres, Corumbá, e Poconé)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de Novembro de 1937**. Rio de Janeiro, 1937a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 12 de mai. de 2021.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948.** Aprova a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América assinada pelo Brasil a 27 de dezembro de 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1940-1949/decretolegislativo-3-13-fevereiro-1948-364761-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 de mai. de 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 12 de mai. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em 4 de mai. de 2021.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. A importância dos geoparques no ensino e divulgação das Geociências. **Geologia USP. Publicação Especial**, v. 5, p. 27-33, 2009.

CIOFFI, Giovana; RAIMUNDO, Sidnei. Áreas naturais protegidas: uma reflexão sobre a patrimonialização da natureza pela sociedade ocidental. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 2, 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Unesp, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural.** Zahar, 2006.

GEOPARK ARARIPE. **Planejamento Estratégico Araripe Geoparque Mundial da Unesco (2019-2022), 2018.** Disponível em: <http://geoparkararipe.urca.br/wp-content/uploads/2020/06/Planejamento-Estrategico_GeoPark-Araripe-1.pdf>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

Lanna, A. L. D. (2003). Os desafios do Patrimônio Ambiental como bem cultural no âmbito da USP. In: A. L. D. Lanna, (Org.). **Meio Ambiente: patrimônio cultural da USP.** (pp. 15-18). São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial.

MOURA-FÉ, M. M. Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a Região Nordeste do Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 1, p. 53-66, Uberlândia- MG: 2015.

MOURA-FÉ, Marcelo Martins de. GeoPark Araripe e a geodiversidade do sul do Estado do Ceará, Brasil. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, n. 1, p. 28-37, 2016.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**, 2007, 3.1: 87-100.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas.** Penso Editora, 2009.

SAITO, Carlos Hiroo et al. Conflitos socioambientais, educação ambiental e participação social na gestão ambiental. 2011.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: revendo os desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre:** Penso Editora, p. 54-76, 2009.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, v. 14, p. 77-88, 2003.

VELASCO, Sirio Lopes. Querer-poder e os desafios socioambientais do século XXI. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre:** Penso Editora, p. 42-53, 2009.